

## INOVAÇÃO SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: QUANDO A MODA ULTRAPASSA AS FRONTEIRAS DA ACADEMIA

*Social innovation in university extension: when fashion goes beyond the boundaries of Academia*

Babinski Júnior, Valdecir; doutorando; UFSC, [vj.babinski@gmail.com](mailto:vj.babinski@gmail.com)<sup>1</sup>  
Martinez, Amalia Kusiak; doutoranda; UFSC, [amaliakusiak@gmail.com](mailto:amaliakusiak@gmail.com)<sup>2</sup>  
Figueiredo, Luiz Fernando Gonçalves de; Doutor; UFSC, [lfigueiredo2009@gmail.com](mailto:lfigueiredo2009@gmail.com)<sup>3</sup>

Grupo de Pesquisa: Núcleo de Abordagem Sistêmica  
do Design, Universidade Federal de Santa Catarina<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo demonstrar como a extensão universitária pode estar atrelada à inovação social no exemplo da parceria entre a Associação de Mulheres Empoderadas do Monte Cristo (AMMO) e o Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NAS-Design) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para tanto, realizou-se uma revisão teórica sustentada por uma pesquisa bibliográfica e um breve relato de experiência.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária; Inovação Social; Comunidade Local.

**Abstract:** *The aim of this paper is to demonstrate how university extension can be linked to social innovation in the example of the partnership between the Monte Cristo Empowered Women's Association (AMMO) and the Systemic Approach to Design Center (NAS-Design) at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). To this end, a theoretical review was carried out, supported by bibliographical research and a brief experience report.*

**Keywords:** *University Extension; Social Innovation; Local Community.*

---

<sup>1</sup> É doutorando em Design na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É mestre em Design de Vestuário e Moda (2020) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). É pós-graduando em marketing (2018) pela Universidade de São Paulo (USP). É graduado em Moda (2014) pela Udesc. Atualmente, é pesquisador do Programa de Excelência Acadêmica (Proex) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3236784093903342>

<sup>2</sup> É doutoranda em Design na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É mestra em Design (2021) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É graduada em Moda (2016) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Atualmente, é pesquisadora do Programa de Excelência Acadêmica (Proex) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9683190355812738>

<sup>3</sup> É doutor em Engenharia de Produção (2000) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É mestre em Engenharia Civil (1995) pela UFSC. É graduado em Engenharia Sanitária (1988) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente, é professor efetivo do quadro docente da UFSC, onde coordena o Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NAS-Design). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5673108770491112>

<sup>4</sup> Endereço eletrônico do grupo de pesquisa no Diretório dos grupos de pesquisa do Brasil no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/571566>



## Introdução

A inovação social consiste em um fenômeno de transformação que ocorre em meio aos arranjos sociais existentes e gera uma descontinuidade com os padrões comportamentais dominantes (MANZINI, 2008; TORRES, 2023). Não sem motivo, Manzini (2008) e Sousa, Pellisier e Monteiro (2012) citam que a inovação social tem início com a ruptura de um indivíduo que, inconformado com as normas em curso na sociedade, gera soluções que beneficiam as pessoas que estão na base da pirâmide social. Esses sujeitos podem estar agrupados em coletivos, sindicatos ou agremiações que têm como função disseminar as vantagens obtidas a partir dos processos de inovação social. Como exemplo, cita-se o caso da Associação de Mulheres Empoderadas do Monte Cristo (AMMO), localizada no Complexo Monte Cristo na periferia da cidade de Florianópolis (SC).

Nascida em 2019 a partir de um coletivo de mulheres que buscavam gerar renda e trabalho para suas famílias, desde o primeiro momento, a associação esteve voltada para o empoderamento feminino e do jovem periférico por meio de capacitações profissionais e ações comunitárias. Durante o período de isolamento social obrigatório, a AMMO também realizou operações emergenciais que envolveram a distribuição de máscaras, alimentos, *kits* de higiene pessoal e cobertores. Liderada por Jaqueline Ribeiro e Katya Litchnow, no tempo presente, a AMMO atua em seis frentes: (I) assistência humanitária; (II) desenvolvimento profissional; (III) geração de renda direta; (IV) apoio ao empreendedorismo; (V) desenvolvimento socioemocional; e (VI) empregabilidade. Além disso, a associação auxilia moradores em situação de vulnerabilidade social por meio de parcerias com empresas engajadas no combate à fome que garantem a distribuição de vale-alimentação e vale-gás. Com isso, estima-se que a AMMO já tenha impactado a vida de, aproximadamente, 32.000 pessoas com alimento na mesa, capacitação profissional e assistência social. Entre as diversas instituições que são parceiras na empreitada das líderes comunitárias está a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, em especial, o Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NAS-Design).

O grupo de designers reúne estudantes bolsistas e voluntários de graduação, mestrado e doutorado, além de professores e pesquisadores da UFSC, para realizar ações de extensão universitária com ênfase em habilitar agentes locais para gerarem transformações sociais. Entre os públicos de interesse do grupo estão povos originários, quilombolas, ribeirinhos e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Prodanov e Figueiredo (2017) mencionam que a estrutura de trabalho do NAS-Design segue os preceitos da pesquisa-ação na medida em que objetivam alcançar condições

favoráveis, social e ambientalmente, para o desenvolvimento das comunidades envolvidas e atendidas pelos designers-pesquisadores.

Exposto este contexto, o presente artigo tem como objetivo demonstrar como a extensão universitária pode estar atrelada à inovação social no exemplo da parceria entre a AMMO e o NAS-Design/UFSC. Para tanto, realizou-se uma pesquisa dividida em duas etapas: (I) um levantamento bibliográfico que sustentou a revisão teórica do trabalho; e (II) uma investigação em campo, que resultou em um breve memorial descritivo com a intenção de relatar a experiência vivenciada entre a comunidade e a universidade. Para acompanhar o relato, registros dos encontros foram adicionados ao memorial. Na visão de Gil (2008), isso permite compreender este artigo como uma pesquisa descritiva, qualitativa e aplicada. Nesse sentido, salienta-se que a etapa de campo teve início com as oficinas do projeto que esteve em execução entre 01/09/2022 e 30/06/2023.

Por fim, destaca-se que o artigo está estruturado em três partes: (I) uma revisão teórica que trata da extensão universitária e, em seguida, do contexto da UFSC; (II) uma apresentação sobre como o NAS-Design trabalha com ações extensionistas; e (III) uma rápida descrição da parceria que se estabeleceu entre o laboratório universitário e a comunidade local.

### **A extensão universitária**

Apesar de ser alvo de um crescente interesse da Academia, a extensão universitária não é recente. Dantas e Guenther (2021) afirmam que as primeiras práticas a envolverem o ensino e a extensão ocorreram na dimensão das escolas gregas que, desde o princípio, ofertavam aulas abertas para a comunidade local. Durante a Idade Média, as instituições de ensino europeias apresentaram um comportamento semelhante, contudo, com caráter assistencialista e religioso. Coelho (2014) comenta que, nesse período, as instituições ligadas à educação prestavam serviços à sociedade por meio de aconselhamentos direcionados para monarcas e líderes da Igreja.

No século XIX, a Universidade de Cambridge e a Universidade de Oxford passaram a oferecer cursos endereçados a classes socialmente desfavorecidas e, já no final do período, a Universidade de Chicago promoveu a criação da *American Society for Extension of University* (DANTAS; GUENTHER, 2021). Coelho (2014) cita que em 1862, com o *Morris Act*, as universidades que receberam terras concedidas pelo governo dos Estados Unidos (EUA) — chamadas de *Land Grant Universities* — instituíram diretrizes norteadoras que incluíam entre seus estudantes cidadãos

comuns com experiências práticas que iam desde a panificação até a mecânica industrial. Com isto, as instituições passaram a contemplar um público abrangente e deixaram de restringir seu alunado à aristocracia. Nesse contexto, o autor cita que:

Inicialmente, a extensão nessas universidades se caracterizou pela realização de investigação sobre temas de demanda e aplicação direta na indústria e no comércio. Com os avanços na pesquisa em agricultura, os trabalhos de extensão se intensificaram nas comunidades rurais, especialmente, na forma de cursos e [na] difusão do conhecimento [...] (COELHO, 2014, p. 12).

Coelho (2014) comenta que, nessa época, a Universidade de Wisconsin destacava-se por sua relação com a comunidade externa. Em 1880, a instituição criou cursos voltados aos trabalhadores agrícolas e, na virada do século XX, a universidade tornou seus docentes agentes públicos que contribuíram com o governo estadual da época. Em seu endereço eletrônico, a Instituição de Ensino Superior (IES) declara que o primeiro agente contratado para atender demandas extensionistas foi E. L. Luther, que tinha a tarefa de viajar pelo condado de Oneida (EUA) para instruir as famílias que viviam em zonas rurais a lidar com o campo e o gado. No final do ano, os condados de Eau Claire (EUA) e Barron (EUA) também foram contemplados com agentes que tinham como função servir às famílias de agricultores (UNIVERSITY OF WISCONSIN-MADISON, 2023).

Dantas e Guenther (2021) citam que, no entanto, a proximidade com o Estado logo deu lugar a transferência de tecnologia para a iniciativa privada, o que gerou um movimento liberal na extensão universitária norte-americana. Enquanto isso, na Argentina (AR), estudantes organizados elaboraram uma reforma universitária que foi instituída por meio do Manifesto de Córdoba. No documento, as instituições de ensino eram convocadas a participar de movimentos sociais e a atuar junto das classes populares do país. Além disso, o Manifesto sustentava o argumento de que as universidades tinham uma função social que deveria ser priorizada. Já no Brasil (BR), os autores argumentam que: “[...] as primeiras manifestações da Extensão Universitária datam do início do século XX e demonstram, ao longo de sua trajetória, fortes características e influências das vertentes extensionistas europeia, americana e argentina [...]” (DANTAS; GUENTHER, 2021, p. 4).

Coelho (2014) e Dantas e Guenther (2021) citam que a primeira prática extensionista no Brasil (BR) ocorreu por volta do ano de 1911, no âmbito da Universidade Livre de São Paulo. Seguidas pelos estados do Rio de Janeiro (RJ) e de Minas Gerais (MG), as ações de extensão nacionais

possuíam como foco a prestação de serviços para pessoas desfavorecidas em zonas rurais. Contudo, foi só na década de 1930 que a extensão universitária se tornou oficial: por meio do Decreto-lei nº 19.851 de 11 de abril de 1931, criou-se o Estatuto das Universidades Brasileiras. Em dezembro de 1938, universitários organizados e inspirados pelo Manifesto de Córdoba fundaram a União Nacional dos Estudantes (UNE). Ainda em 1938, foi elaborado um plano contendo sugestões para a Reforma da Educação Brasileira que se consolidou por meio da Lei nº 5.540/68. O documento fixava a obrigatoriedade da extensão universitária em todas as IES do país.

Dantas e Guenther (2021) comentam que, na década de 1970, foi criada a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) em um esforço conjunto entre o Ministério da Educação (MEC) e o Governo Federal. Paralelamente, Coelho (2014) afirma que, no México (MX), a Segunda Conferência Latinoamericana de Extensão Universitária e Difusão Cultural discutiu a participação das universidades no processo de transformação social do território de um país. Realizado em 1972, o evento foi palco de diversos debates relevantes que, de maneira geral, culminaram na compreensão de que a extensão universitária deveria ser um princípio institucional comprometido com a criação de uma cultura de libertação.

Quanto ao Brasil (BR), na década seguinte, em 1987, organizou-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) que tinha como objetivo promover a interação dialógica entre universidades e comunidades. A partir da constituição do FORPROEX, “[...] a Extensão Universitária passou a ser estabelecida como uma via de mão-dupla entre a comunidade acadêmica e a sociedade, por meio de um processo interdisciplinar que favorece a visão integrada do social [...]” (DANTAS; GUENTHER, 2021, p. 5).

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil consolidou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao tornar autônoma a gestão financeira e patrimonial das IES e ao definir sua liberdade administrativa, didática e científica. A Constituição também apresentou possibilidades para que, nos termos da Lei, as universidades pudessem passar a captar recursos públicos para a pesquisa e a extensão. Como resultado, em 1993, foi constituído o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) e, em 1996, estabeleceu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que, por sua vez, definiu a extensão universitária “[...] como uma das finalidades da universidade, sendo instituída a possibilidade de apoio financeiro do poder público, inclusive, mediante bolsas de estudos [...]” (DANTAS; GUENTHER, 2021, p. 5).

No ano de 1998, a FORPROEX elaborou e obteve aprovação para o Plano Nacional de Extensão. O documento visava assegurar a destinação de investimentos financeiros para a extensão universitária e, concomitantemente, fixar programas temáticos relacionados com políticas públicas voltadas para a formação de uma universidade cidadã. Em 2001, o Plano Nacional de Educação foi promulgado por meio da Lei nº 10.172/01 que, em sua Meta 23, tornava obrigatório que, do total de créditos requisitados para a graduação, 10% estivessem reservados para a prática de atividades extensionistas. Na década seguinte, a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 apresentou diretrizes para regulamentar a extensão no ensino superior, o que reforçava a Lei nº 13.005/2014 (DANTAS; GUENTHER, 2021).

Desde então, a extensão universitária passou por um processo de ressignificação. Coelho (2014) sustenta que a valorização da extensão na contemporaneidade foi motivada por quatro grupos de interesse: (I) os professores, que desejavam ampliar seu prestígio social e romper com a estrutura acadêmica tradicional; (II) os estudantes, que acreditavam que as experiências práticas poderiam contribuir para sua formação profissional; (III) os cidadãos, que creditavam ao corpo institucional a possibilidade de resolução de problemas coletivos; e (IV) os líderes políticos, que projetavam nas universidades a responsabilidade pela qualificação profissional e pelo desenvolvimento social da população.

Mesmo com esse crescente interesse, Coelho (2014) afirma que, durante anos, a extensão universitária foi vista como uma forma de ensino complementar e opcional. Baseadas nessa premissa, algumas instituições acreditavam que uma educação integradora e de qualidade dispensava a prática extensionista. Distantes do contato com a realidade e com a aprendizagem humanizadora, essas universidades partiam da crença de que a transmissão de conhecimentos deveria ser unidirecional e suficiente para contemplar a formação tecnocrática dos futuros profissionais. Nessas IES, educadores e educandos possuíam funções herméticas e papéis fixos no processo de ensino e aprendizagem. Todavia, no tempo presente, “a participação da extensão, como atividade formadora, desloca o eixo pedagógico clássico professor-aluno para o eixo aluno-comunidade, com a atuação do professor como coparticipante [...]” (COELHO, 2014, p. 16). Diante desse novo cenário, o docente assume a alcunha de tutor e passa a ser intermediador do conhecimento gerado entre os discentes e a sociedade em um processo colaborativo de formação que visa a emancipação dos estudantes.

Assim, a extensão universitária pode ser compreendida como uma forma de articulação da Academia que se estende para abarcar os problemas sociais das comunidades locais. Ao atender as demandas dos grupos sociais que se localizam no entorno das IES, os agentes extensionistas podem contribuir para habilitar comunidades no desenvolvimento de soluções efetivas. Essa compreensão se fundamenta em uma visão nacionalista que combina pressupostos da extensão europeia, norte-americana e argentina. Logo, para exemplificar como a extensão universitária pode ocorrer em uma instituição brasileira, a seguir, apresenta-se o caso da UFSC.

### **A extensão universitária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Fundada em 18 de dezembro de 1960 e localizada no bairro da Trindade, em Florianópolis (SC), a UFSC possui um histórico de ações comunitárias que, desde seus primórdios, estavam orientadas para o desenvolvimento da capital catarinense. Mesmo incipientes e informais, essas ações em prol da comunidade local criaram uma cultura de extensão dentro da IES. Não sem razão, Silva *et al.* (2014) salientam que o Regimento Geral da UFSC apresenta a extensão universitária como uma dimensão de expansão da pesquisa e do ensino. Segundo os autores, o documento realça que as práticas extensionistas promovidas pela instituição podem surgir de interesses científicos e/ou pedagógicos, ao passo em que podem ser direcionadas para a população, em geral, bem como para indivíduos ou grupos sociais, em específico. Independentemente, a finalidade deve ser guiada pelas normas e pelos acordos instituídos por intermédio da Câmara de Extensão da UFSC que, como órgão deliberativo, possui a responsabilidade de propor novas políticas de extensão, bem como implementá-las e fiscalizar sua execução.

Em função dessa cultura de extensão, a universidade tem empenhado esforços para superar a visão clássica da extensão universitária como um paradigma assistencialista. Por essa razão, Silva *et al.* (2014, p. 87) destacam que, apesar da: “[...] UFSC definir a extensão como um processo que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, uma ação de extensão não necessariamente é uma ação de compromisso social [...]”. Nesse sentido, os autores esclarecem que a instituição considera uma ação de extensão universitária: (I) a participação ou a coordenação de projetos extensionistas; (II) a criação ou a participação em eventos de caráter técnico-científico, esportivo, cultural ou artístico; (III) a prestação de serviços de maneira direta ou indireta, por meio de consultorias, perícias ou assessoramentos; (IV) a elaboração de cursos de atualização profissional;

(V) a organização e a edição de atividades de divulgação de conteúdo cultural, científico ou tecnológico; (VI) a participação em bancas de certames públicos ou privados; e (VII) a revisão de livros e artigos de cunho acadêmico.

Para que uma ação de extensão seja concretizada na UFSC, Silva *et al.* (2014) explicam que a proposta deve tramitar no colegiado do departamento do curso ao qual seus proponentes estão ligados. Após a devida apreciação, o projeto segue para instâncias superiores que delimitarão a forma de funcionamento da ação extensionista e os agentes envolvidos. Nesse percurso, cada um dos 11 Centros universitários decidirá quando e como as atividades deverão ser realizadas, de fato, e “como a UFSC tem Centros com características distintas, cada um pode destacar-se em uma área de contribuição social em prol da cidadania emancipada: alguns terão projetos mais direcionados à cultura; outros, à sustentabilidade ambiental; outros, à geração de renda e outros voltados à saúde” (SILVA *et al.*, 2014, p. 94).

Entre esses Centros está o Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da universidade, que possui um histórico extensionista ligado à oferta de cursos extracurriculares de idiomas estrangeiros. Ministrados por estudantes de mestrado e doutorado, os cursos de idiomas do Centro oportunizam o ensino de qualidade para a comunidade que busca na instituição acesso a novas línguas. Além disso, ações voltadas a rádios comunitárias, oficinas com estudantes de escolas públicas e projetos sociais estão entre as diversas práticas extensionistas recorrentes no CCE que, por sua vez, oferta cursos superiores nas áreas de Animação, Artes Cênicas, Cinema, Design, Jornalismo, Letras-Libras, Letras-Línguas Estrangeiras, Letras-Português e Secretariado Executivo (SILVA *et al.*, 2014).

Para dar conta das ações extensionistas promovidas pela instituição, o CCE conta com mais de 3.700 alunos (UFSC, 2023). No total, em 2022, a UFSC possuía 26.160 estudantes de graduação distribuídos entre cinco campi: (I) Florianópolis (SC), com 21.306; (II) Araranguá (SC), com 1.190; (III) Blumenau (SC), com 994; (IV) Curitibanos (SC), com 782; e (V) Joinville (SC), com 1.512. Na pós-graduação, a instituição tinha 10.343 alunos matriculados, sendo 2.060 discentes de especialização, 4.421 mestrandos e 3.862 doutorandos. No montante, entre os 120 cursos de graduação e 154 de pós-graduação, 37.738 discentes estavam matriculados na UFSC. Completando essa comunidade acadêmica, a UFSC contou com 2.413 professores efetivos no ensino superior, 121 docentes substitutos e 2.928 técnicos-administrativos. Em termos de práticas extensionistas, a UFSC

registrou 20.570 ações em 2022, e distribuiu 78.412 certificados de extensão para o público que participou dos programas e projetos da instituição. Esse volume de ações envolveu o trabalho de 412 bolsistas extensionistas (UFSC, 2022).

Desse modo, estima-se que o montante expressivo de ações extensionistas — que, a cada ano, leva a UFSC a atender um volume considerável de demandas sociais — pode ser considerado resultado da cultura de extensão que perfaz a compreensão da instituição sobre seu papel diante da sociedade, desde seu surgimento. Além de produzir uma transformação social no local em que está inserida, a IES também oportuniza o protagonismo discente que, de maneira direta ou indireta, impacta no senso de responsabilidade social que os futuros profissionais levarão para a vida extramuros. Entre os espaços que criam essas oportunidades está o NAS-Design, assunto do próximo tópico.

### **A extensão no Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NAS-Design)**

Localizado no CCE/UFSC, o NAS-Design consiste em um laboratório de pesquisa e extensão universitária que está voltado para a Gestão de Design sob uma perspectiva sistêmica. A partir da parceria com comunidades de produtores locais, o laboratório permite que seus membros — estudantes de graduação e pós-graduação da instituição — possam exercer o design de maneira ativa e real (PRODANOV; FIGUEIREDO, 2017). Aros (2016) cita que além do alunado, o NAS-Design conta com colaboradores esporádicos que participam de projetos especiais e com a coordenação do Professor Doutor Luiz Fernando Gonçalves de Figueiredo. Esses atores podem ser definidos como agentes internos e externos.

Em função da natureza da interação, os agentes internos podem ser compreendidos como habilitantes e a comunidade externa como um agrupamento social a ser habilitado. Nesse contexto, Aros (2016) cita como agentes externos os membros da *Design for Social Innovation and Sustainability Network* (DESIS), uma rede internacional de laboratórios institucionais que promovem, desenvolvem e articulam ações pró-ambientais e que abrange o NAS-Design. A partir do exemplo da DESIS, Aros (2016) e Prodanov e Figueiredo (2017) defendem que os designers da equipe podem atuar como mediadores do conhecimento no momento em que, também, incentivam a fixação de novos hábitos para gerar aprendizados significativos para as pessoas a serem habilitadas (Quadro 1).

Quadro 1 — Atores extensionistas no NAS-Design

Atores extensionistas	Papeis	Funções
Agentes internos	Designers-pesquisadores	Habilitar a comunidade na procura pela solução demandada e, em conjunto com a comunidade, construir instrumentos de autonomia para gerenciar situações similares no futuro.
	Coordenador	Receber a demanda da comunidade local e estruturar o programa, projeto ou ação de extensão.
	Órgãos deliberativos da UFSC	Aprovar ou rejeitar o programa, o projeto ou a ação de extensão.
Agentes externos	Líder comunitário	Formalizar a demanda da comunidade e formar os arranjos necessários para a parceria com a universidade. Trata-se de um agente de desenvolvimento local.
	Cidadãos da comunidade	Participar da busca ativa pela solução demandada e instrumentalizar os designers-pesquisadores a partir de seu conhecimento sobre o contexto vivenciado.
	Rede DESIS	Fornecer apoio e exemplos para a construção de modelos que podem contribuir para a resolução de problemas semelhantes.

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

A partir do estabelecimento das partes e das funções dos agentes internos e externos (Quadro 1), a equipe do laboratório busca construir um percurso extensionista que beneficie ambos os lados e que esteja calcado na inovação social e na sustentabilidade. Nesse sentido, Prodanov e Figueiredo (2017, p. 62) sublinham que “[...] o objetivo do NASDesign é propor, no fim de seu processo de design, soluções sistêmicas que satisfaçam as necessidades da comunidade [e que] favoreçam à prática de iniciativas locais [...]”. Para os autores, a intenção do grupo encontra-se em tornar os atores sociais conscientes sobre o território que ocupam e seu papel diante do desafio coletivo de desenvolver uma sociedade ambientalmente equilibrada, socialmente justa e economicamente próspera.

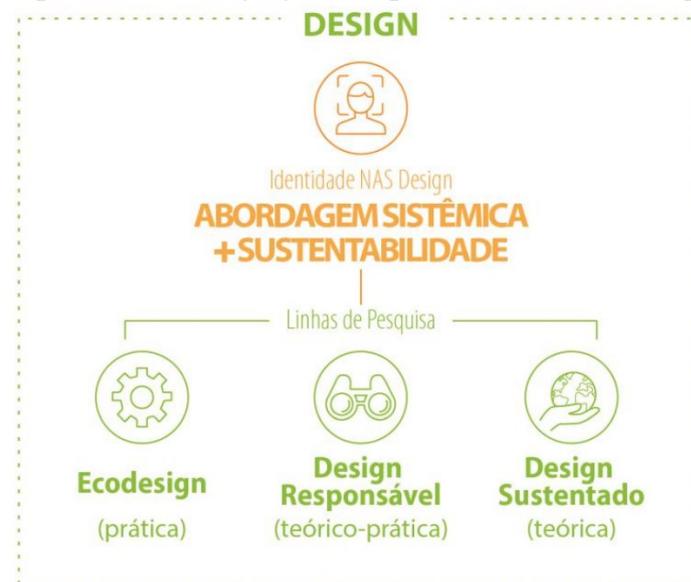
Berlato e Figueiredo (2020) concordam com o exposto por Prodanov e Figueiredo (2017) e sustentam que a abordagem sistêmica do NAS-Design envolve o problema da comunidade a ser habilitada como um todo, cujas partes não podem ser reduzidas ou fragmentadas separadamente. Os autores explicam que, no entendimento do grupo, pela influência de seus componentes, as partes de

um sistema podem gerar perturbações em outros ambientes e a natureza complexa dessa relação não deve ser desconsiderada no projeto de artefatos, serviços e soluções. Na argumentação dos autores, a qualidade relacional das partes abrange, também, a dinâmica das atividades processuais, de matriz energética ou informacional, que está presente no fluxo de matéria e de decisões que está atrelado à concretização da resposta demandada.

Nessa perspectiva, Berlato e Figueiredo (2020) acreditam que por meio da visão sistêmica direcionada à Gestão de Design, o NAS-Design obtém soluções potencialmente permanentes para problemas reais em um panorama abrangente que tende a amplificar outras soluções, construídas por pares em resposta a problemas similares. Com isso, a equipe do laboratório consegue lidar com uma quantidade vasta de informações que surgem na interação com as comunidades a serem habilitadas. Acredita-se que, nesse processo, a introdução de inovações técnicas, científicas, tecnológicas, criativas, artísticas ou culturais pode ser utilizada para a geração de um movimento de evolução contínuo que pode, no futuro, contribuir para a manutenção da vida no grupo social atendido. Torna-se relevante destacar que essas inovações estão alinhadas com as tradições e os costumes da localidade na qual o programa, projeto ou ação ocorre e que, portanto, possuem um caráter incremental e uma faceta empática.

Em adição ao exposto, Aros (2016) afirma que, no NAS-Design, há três linhas de ação que guiam a forma como os designers-pesquisadores produzem ciência e criam valor para as comunidades a serem habilitadas: (I) Ecodesign, que está relacionada com as pesquisas que envolvem o desenvolvimento de artefatos e serviços ecoeficientes, bem como seus respectivos ciclos de vida; (II) Design Responsável, que diz respeito aos estudos e às práticas socioambientais que surgem a partir de demandas da comunidade local; e (III) Design Sustentado, que abrange as pesquisas de cunho estratégico voltadas para a sustentabilidade (Figura 1).

Figura 1 — Linhas de pesquisa dos agentes internos do NAS-Design



Fonte: Aros (2016, p. 47).

Além de pesquisas voltadas para o Ecodesign, o Design Responsável e o Design Sustentado (Figura 1), Aros (2016) declara que o laboratório desenvolve atividades coerentes com o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no que tange à forma imanente como o ensino deve estar articulado com a pesquisa e a extensão universitária. O grupo de designers-pesquisadores também está alinhado com o Regimento Geral da UFSC, em especial, com os artigos 51 e 52 que definem que o objetivo da instituição está em atender a comunidade externa em sua coletividade ou individualidade. Desse comprometimento emerge a identidade extensionista da equipe que, por meio de conhecimentos multidisciplinares, aplica as investigações científicas na prática com os grupos sociais e dela colhe os dados necessários para validar ou reformular novos estudos, o que cumpre com a missão de tornar a pesquisa, o ensino e a extensão indissociáveis.

Nesse cenário, Aros (2016, p. 48) cita que, “para o NAS Design, através dessa tríade, é possível alcançar uma aprendizagem significativa, na qual o ensino provê [a] base teórica para as pesquisas e a extensão confere um caráter aplicado para as mesmas [...]”. Na visão da autora, os membros do laboratório estão em constante aprendizado na medida em que transformam o conhecimento explícito de sala de aula em conhecimento tácito junto à comunidade e, concomitantemente, quando aprendem com os grupos habilitados e transformam esse conhecimento em produtos científicos. Entre esses grupos está a AMMO, cuja parceria será descrita no próximo tópico.

### O caso da Associação de Mulheres Empoderadas do Monte Cristo (AMMO)

A parceria entre a AMMO e o NAS-Design surgiu em 2022 em função da necessidade de se capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social que, estando desempregadas, precisavam encontrar meios para gerar renda familiar. A articulação entre comunidade e universidade resultou no projeto “AMMO-Maker: industriário *maker* voltado para o empoderamento das mulheres da comunidade do Monte Cristo”. O projeto contou com uma equipe interna do laboratório — formada pelo coordenador, pelos estudantes bolsistas, por uma professora voluntária e por monitores do curso de Animação da UFSC — e envolveu agentes externos que trabalharam colaborativamente para alcançar os objetivos propostos (Quadro 2).

Quadro 2 — Objetivos da parceria entre a Associação de Mulheres Empoderadas do Monte Cristo (AMMO) e o Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NAS-Design)

Objetivos	Descrições
Geral	Promover oficinas para habilitar as mulheres e os jovens participantes da AMMO na lida com ferramentas analógicas e digitais que podem ser empregadas nas atividades cotidianas da associação.
Específicos	Desenvolver a colaboração entre a equipe interna e os agentes externos.
	Proporcionar acesso público à infraestrutura da universidade e fortalecer atividades de ensino e aprendizagem.
	Estreitar relações entre a universidade e a comunidade e encorajar a criação de novos vínculos com grupos sociais locais.
	Habilitar as mulheres e os jovens participantes no manuseio de ferramentas analógicas e digitais para gerar possibilidades de incrementar a renda familiar.

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Os objetivos propostos (Quadro 2) foram atendidos sob a forma de oficinas de cartonagem, *upcycling* (redesenho de ciclo de vida, em livre tradução), customização, feltragem e criação de acessórios. Essas oficinas (Figura 2) foram ministradas por estudantes bolsistas tanto no espaço físico da universidade, quanto na comunidade habilitada que, em contrapartida, contribuiu com conhecimentos sobre temáticas locais. No ambiente do laboratório, foram disponibilizados equipamentos e insumos para a produção dos objetos criados pela comunidade em colaboração com os discentes. Entre esses materiais estavam câmaras de pneu, painéis de Fibras de Média Densidade (MDF), retalhos de tecidos e filamentos de ácido polilático (PLA) que foram usados em impressoras de manufatura aditiva e máquinas de corte a laser.

Figura 2 — Registros das oficinas do projeto AMMO-Maker



Fonte: registro feito pelos autores (2023).

Para promover a difusão do conhecimento gerado nas oficinas do projeto (Figura 2) foram elaborados artigos e relatórios com vistas a registrar o trabalho desenvolvido junto à comunidade. Além do mais, criou-se um breve plano de marketing para a divulgação das atividades em redes sociais. Salienta-se que os produtos gerados nesses encontros (Figura 3) podem ser compreendidos como modelos que, por sua vez, possuem o potencial de serem fabricados em larga escala, pois seguem um processo padronizado e estão adaptados para a realidade da comunidade local. Com isso, espera-se que a comercialização dos objetos fabricados pelas mulheres e pelos jovens da AMMO possa gerar renda e incrementar a receita familiar dos participantes.

Figura 3 — Bases para brincos cortadas a laser por participantes do projeto AMMO-Maker e modelo gerado na oficina de cartonagem ministrada por Amália Kusiak Martinez



Fonte: registro feito pelos autores (2023).

Para a construção dos artefatos (Figura 3) houve um intercâmbio de conhecimentos constante durante os 5 módulos de 8 horas que perfizeram as oficinas do projeto AMMO-Maker. Nesse percurso, além do conhecimento compartilhado e dos objetos produzidos, foram fortalecidos vínculos entre a universidade e a comunidade. De igual modo, os estudantes e participantes puderam contribuir para a criar um ambiente de cooperação mútua, no qual preponderou a colaboração entre pares. Destaca-se que, em ambos os grupos de agentes, havia pessoas relacionadas com a produção de acessórios e vestuário e, ao mesmo tempo, interessadas em promover valores sociais no âmbito da Moda.

Por fim, sublinha-se que, em termos de equipe interna, 4 dos 6 estudantes envolvidos no projeto eram graduados em Moda e doutorandos em Design. Do outro lado, havia costureiras e artesãs com múltiplas formações. A forma como todos trabalharam colaborativamente pode indicar que o papel da Moda no desenvolvimento de comunidades locais está articulado com a capacidade de praticar a extensão universitária de maneira efetiva. Isso implica dizer que, quando universidade e sociedade dialogam e produzem conhecimento juntas, a Moda pode alçar meios para promover, fortalecer e solidificar a inovação social.

### Considerações finais

A extensão universitária pode ser vista como uma oportunidade para que estudantes, professores e pesquisadores superem o isolamento acadêmico e, concomitantemente, para que possam difundir o conhecimento gerado dentro dos muros da Academia para a sociedade, em geral. Além do mais, a extensão também pode humanizar o processo de formação do alunado, assim como pode ressignificar a participação de grupos sociais desassistidos no meio universitário. Diante dessa compreensão, o presente artigo teve como objetivo demonstrar como a extensão pode ser vinculada à inovação social. Para tanto, fez-se uso do exemplo da parceria estabelecida entre a comunidade da AMMO e o NAS-Design.

Por meio de um breve relato de experiência e de uma rápida revisão teórica, pôde-se perceber a importância de serem superadas as fronteiras da Academia: quando educadores e educandos alcançam a realidade das comunidades locais pode-se efetivar o papel da extensão universitária e, conseqüentemente, podem ser geradas centelhas para inspirar a inovação social em bairros periféricos de cidades metropolitanas, seja por meio da Moda, da Animação ou do Design. Ao extravasar

seu conhecimento para grupos extramuros, os acadêmicos podem contribuir para tornar o território no entorno da universidade um espaço próspero e promissor no âmbito do desenvolvimento social e da sustentabilidade. De igual maneira, ao aprender com as comunidades que estão sendo habilitadas pelos programas institucionalizados, os universitários podem ter seu percurso formativo enriquecido pelas experiências práticas e profissionais das pessoas contempladas pela extensão universitária. Assim, entende-se que a vivência dialógica representa o âmago da prática extensionista voltada para a inovação social.

Por fim, os autores do artigo agradecem as bolsas de pesquisa concedidas por intermédio do Programa de Excelência Acadêmica (Proex) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em Design (Pós-Design) da UFSC. Em especial, os autores agradecem a colaboração dos colegas Márcio Soares Lima, Gleyston Barbosa Martins, Álvaro Cacciatori Morona, Eliete Auxiliadora Assunção Ourives, Jéssica Maria Tomé e Mariana Moreira Carvalho, que partilharam o caminho da extensão universitária no contexto do NAS-Design. Adicionalmente, cabe agradecer o acolhimento de Jaqueline Ribeiro e Katya Litchnow, bem como o de todas as mulheres e jovens que participaram do programa e que oportunizaram a troca de experiências entre a comunidade e a universidade.

## Referências

AROS, Kammiri Corinaldesi. **Elicitação do processo projetual do Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167708/339441.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 maio 2023.

BERLATO, Larissa; FIGUEIREDO, Luiz Fernando Gonçalves de. NasDesign's Systemic Approach to Design Management. *In: RELATING SYSTEMS THINKING AND DESIGN*, 9., 2020, Ahmedabad. **Proceedings [...]**. Toronto: Ocad University Open Research, 2020. p. 1-5. Disponível em: [https://openresearch.ocadu.ca/id/eprint/3674/1/Berlato\\_Des-Mgt\\_RSD9\\_2020.pdf](https://openresearch.ocadu.ca/id/eprint/3674/1/Berlato_Des-Mgt_RSD9_2020.pdf). Acesso em: 12 maio 2023.

COELHO, Geraldo. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista em Extensão**, Uberlândia, p. 11-24, 31 dez. 2014. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.14393/ree-v13n22014\\_art01](http://dx.doi.org/10.14393/ree-v13n22014_art01). Acesso em: 12 abr. 2023.

DANTAS, Marcelo Wanderley; GUENTHER, Mariana. Extensão Universitária e Desenvolvimento Local Sustentável: uma revisão da literatura. **Research, Society And Development**,

Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 6, p. 1-14, 28 maio 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15243>. Acesso em: 03 maio 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade**: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda., 2008. Disponível em: [https://instrumentosprojetuais.files.wordpress.com/2019/02/design-para-inovacca7acc83o-e-sustentabilidade\\_manzini.pdf](https://instrumentosprojetuais.files.wordpress.com/2019/02/design-para-inovacca7acc83o-e-sustentabilidade_manzini.pdf). Acesso em: 08 mar. 2023.

PRODANOV, Juliane Marçal da Silva; FIGUEIREDO, Luiz Fernando. Sistematização das atividades em comunidades criativas do Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NAS-DESIGN) no Brasil. **DaPesquisa**, Florianópolis, v. 12, n. 18, p. 58-67, 8 maio 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1808312912182017058>. Acesso em: 06 maio 2023.

SILVA, Flora Mortiz da *et al.* Compromisso Social e Extensão: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 21, n. 1, p. 77-97, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4777/477747162005.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SOUSA, Fernando Cardoso de; PELLISIER, René; MONTEIRO, Ileana Pardal. Creativity, Innovation and Collaborative Organizations. **International Journal of Organizational Innovation**, Faro, v. 5, n. 1, p. 1-39, jul. 2012. Disponível em: <https://sapien-tia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2611/1/IJOI.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

TORRES, Laura María Muñoz. **Diseño para la innovación social**: análisis de las teorías del diseño y la innovación social. 2023. 61 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Pós-Graduação em Estudos e Gestão do Desenvolvimento, Universidad de La Salle, Bogotá, 2023. Disponível em: [https://ciencia.lasalle.edu.co/cgi/viewcontent.cgi?article=1240&context=maest\\_gestion\\_desarrollo](https://ciencia.lasalle.edu.co/cgi/viewcontent.cgi?article=1240&context=maest_gestion_desarrollo). Acesso em: 17 mar. 2023.

UFSC — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Centro de Comunicação e Expressão**: apresentação. 2023. Disponível em: [https://cce.ufsc.br/apresentacao/#:~:text=Oferece%20cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20\(presencial,cursos%20extracurriculares%20de%201%C3%ADnguas%20estrangeiras](https://cce.ufsc.br/apresentacao/#:~:text=Oferece%20cursos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20(presencial,cursos%20extracurriculares%20de%201%C3%ADnguas%20estrangeiras). Acesso em: 17 maio 2023.

UFSC — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **UFSC em número**: 2013 a 2022. 2013 a 2022. 2022. Departamento de Gestão da Informação. Disponível em: <https://dplseplan.paginas.ufsc.br/files/2023/05/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS-2013-A-2023.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

UNIVERSITY OF WISCONSIN-MADISON (Estados Unidos). **Extension's Impactful History**. 2023. Disponível em: <https://extension.wisc.edu/about-us/history/>. Acesso em: 17 jun. 2023.